Educação em Análise

Artigo

# Neoliberalismo, mercantilização e Ensino Superior na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Chile

Andreia Gomes da Cruz[I]

Julia Verlí Teixeira[II]

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar de que modo as políticas educacionais orientadas pelo neoliberalismo influenciaram o processo de mercantilização do ensino superior no Brasil e no Chile, identificando aproximações e especificidades entre esses contextos. Para tanto, desenvolve-se um estudo comparado que busca compreender o processo histórico de consolidação do neoliberalismo e seus desdobramentos nas políticas de educação superior. Em seguida, analisa-se a mercantilização desse nível de ensino, com ênfase nas relações estabelecidas entre o Estado e o setor privado. A pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e bibliográfica, fundamentada na análise crítica da produção teórica sobre a temática. A consolidação do neoliberalismo, a partir da década de 1970, promoveu profundas transformações políticas, econômicas e sociais, configurando uma racionalidade que passou a orientar as políticas públicas educacionais. Os resultados evidenciam que, embora Brasil e Chile apresentem trajetórias históricas distintas, ambos ampliaram a participação do setor privado na oferta da educação superior sob a influência das reformas neoliberais. Conclui-se que esse processo fortalece a mercantilização da educação superior e contribui para reconfigurar a formação profissional em consonância com as demandas da acumulação do capital, ampliando a compreensão dos desafios contemporâneos do ensino superior na América Latina.

**Palavras-chave:** América Latina; ensino superior; mercantilização da educação; neoliberalismo.

I. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta e atual Coordenadora no Curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: andreiagomes25@yahoo.com.br.

II. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: julia.verli@gmail.com.



https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.55942

# Neoliberalism, commercialization, and Higher Education in Latin America: a comparative study of Brazil and Chile

## Abstract

The objective of this study is to investigate how neoliberal-oriented educational policies have influenced the process of the commodification of higher education in Brazil and Chile, identifying similarities and specific differences between these contexts. To this end, a comparative study is conducted that seeks to understand the historical process of neoliberalism's consolidation and its implications for higher education policies. Next, the commodification of this level of education is analyzed, with an emphasis on the relationships established between the state and the private sector. The research is characterized by a qualitative, exploratory, and bibliographic approach, grounded in a critical analysis of the theoretical literature on the subject. The consolidation of neoliberalism, beginning in the 1970s, brought about profound political, economic, and social transformations, shaping a rationality that came to guide public education policies. The results show that, although Brazil and Chile have followed distinct historical trajectories, both countries have expanded private-sector participation in the provision of higher education under the influence of neoliberal reforms. We conclude that this process reinforces the commodification of higher education and contributes to reshaping professional training in line with the demands of capital accumulation, thereby broadening our understanding of the contemporary challenges facing higher education in Latin America.

**Keywords:** Higher Education; Latin America; neoliberalism; the commodification of education.

# Neoliberalismo, mercantilización y Educación Superior en América Latina: un estudio comparativo entre Brasil y Chile

## Resumen

El objetivo de este trabajo es investigar de qué manera las políticas educativas orientadas al neoliberalismo han influido en el proceso de mercantilización de la educación superior en Brasil y en Chile, identificando similitudes y particularidades entre ambos contextos. Para ello, se lleva a cabo un estudio comparativo que busca comprender el proceso histórico de consolidación del neoliberalismo y sus repercusiones en las políticas de educación superior. A continuación, se analiza la mercantilización de este nivel educativo, haciendo hincapié en las relaciones establecidas entre el Estado y el sector privado. La investigación se caracteriza por un enfoque cualitativo, de naturaleza exploratoria y bibliográfica, basado en el análisis crítico de la producción teórica sobre el tema. La consolidación del neoliberalismo, a partir de la década de 1970, promovió profundas transformaciones políticas, económicas y sociales, configurando una racionalidad que pasó a orientar las políticas públicas educativas. Los resultados ponen de manifiesto que, aunque Brasil y Chile presentan trayectorias históricas distintas, ambos han ampliado la participación del sector privado en la oferta de educación superior bajo la influencia de las reformas neoliberales. Se concluye que este proceso refuerza la mercantilización de la educación superior y contribuye a reconfigurar la formación profesional en consonancia con las exigencias de la acumulación de capital, ampliando la comprensión de los retos contemporáneos de la educación superior en América Latina.

**Palabras clave:** América Latina; educación superior; mercantilización de la educación; neoliberalismo.

## Introdução

A escolha do Chile como parâmetro comparativo neste estudo surge, primeiramente, da trajetória de pesquisa desenvolvida dentro de um projeto de iniciação científica voltado para examinar a educação a distância e digital no Brasil. Essa experiência permitiu perceber que a expansão dessas modalidades não pode ser vista apenas como um reflexo de inovações tecnológicas ou das exigências pedagógicas atuais, mas como parte de um movimento mais amplo de reestruturação do ensino superior sob uma lógica neoliberal.

Nesse contexto, o Chile se destaca como um exemplo especialmente significativo para a educação superior comparada, pois representa um dos primeiros e mais intensos laboratórios de aplicação do pensamento neoliberal na região, especialmente desde a época da ditadura civil-militar.

A intensa privatização do sistema educacional chileno, a redefinição das funções do Estado e a adoção abrangente de lógicas comerciais e financeiras na educação fornecem elementos analíticos cruciais para entender tendências que, em diferentes momentos históricos, também se manifestam no Brasil. Dessa forma, a comparação entre Brasil e Chile não só permite identificar similaridades e particularidades nos processos de privatização, mercantilização e digitalização da educação superior, mas também enriquece a compreensão crítica sobre os limites e contradições do neoliberalismo educacional no cenário latino-americano.

Para compreender a gênese histórica dessas transformações, contudo, torna-se necessário situá-las no marco mais amplo das condições econômicas e políticas que possibilitaram a difusão do ideário neoliberal na região. Nesse sentido, a adoção da doutrina neoliberal nos países latino-americanos decorreu principalmente de dois fatores inter-relacionados: a crise estrutural do capitalismo nos países centrais e o contexto político favorável proporcionado pelos regimes ditatoriais na região. A conjuntura econômica internacional da década de 1970 foi marcada pela crise do modelo taylorista-fordista e do

keynesianismo nos países centrais, particularmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Diante do colapso do padrão de acumulação vigente, essas nações buscaram no ideário neoliberal uma resposta à crise estrutural que enfrentavam. O neoliberalismo aparece nesse contexto como um meio de superação da crise econômica. No entanto, essa nova racionalidade ultrapassa a dimensão estritamente econômica, configurando-se como um modus operandi que reorganiza os aspectos políticos, sociais e culturais de uma sociedade.

A partir dessa nova reconfiguração, o Estado assume um papel mínimo e máximo para o capital. Nesse sentido, compreende-se que "o neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Ao compreender o neoliberalismo como uma racionalidade, reconhece-se que esse novo modo de pensar a política global se expressa nas diversas áreas sociais, na medida em que sua lógica é difundida e operacionalizada pelos diferentes agentes que atuam na sociedade. Sendo assim, o pensamento neoliberal tem se pautado por uma exigência de ressignificação da atuação do Estado, que pode ser compreendida a partir das seguintes medidas:

> [...] racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições democráticas são permeáveis às pressões e demandas da população, além de serem consideradas como improdutivas, pela lógica de mercado. Assim, a responsabilidade pela execução das políticas sociais deve ser repassada para a sociedade: para os neoliberais através da privatização (mercado), e para a Terceira Via pelo público não-estatal (sem fins lucrativos) (Peroni, 2006, p. 14).

O modelo neoliberal vem se estruturando de modo que este setor privado-empresarial ocupe cada vez mais os espaços que antes eram de atribuição do Estado, assumindo não apenas o caráter mercantil, mas também o controle racional das atividades, sob a justificativa de oferecer uma suposta qualidade alinhadas aos interesses do capital.

Desse modo, as políticas neoliberais, apesar de serem adotadas para controlar a crise do capital, impactam não só a economia dos países que implementam este modelo, mas também impactam diretamente em políticas públicas em diversas áreas como, por exemplo, na educação.

Assim, as influências do ideário neoliberal se espalharam dos países do Norte global para os países periféricos, em especial para as nações latino-americanas. A América Latina, cujos países acumulavam dívidas externas oriundas dos períodos de suas respectivas ditaduras militares, passou a depender do financiamento de agentes externos, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Tavares, 1997; Fiori, 2009). Esses organismos, sob a lógica neoliberal, buscavam mitigar os impactos econômicos gerados pela crise e impulsionar o desenvolvimento dessas nações por meio da inserção de capital privado em suas economias.

Entre esses países da América Latina, destacam-se o Brasil e o Chile. O Chile, sob a ditadura do general Augusto Pinochet, foi um dos primeiros a implementar o modelo de política neoliberal ainda na década de 1970. Os impactos dessa orientação rapidamente atingiram as universidades chilenas, que, ao longo da década de 1980, passaram por um amplo processo de privatização, alterando profundamente a estrutura e o financiamento do ensino superior.

De acordo com Paiva (2015, p. 4 *apud* Anderson, 1996, p. 19), [...] "O Chile começou seus programas de maneira dura: desregulação sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos". É válido ressaltar que essas medidas tiveram apoio dos países do capitalismo central do norte global, sobretudo dos Estados Unidos e da Inglaterra.

No contexto brasileiro, a consolidação das políticas neoliberais no ensino superior intensificou-se durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) e nos dois primeiros mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Este período foi marcado por profundas reformas que reconfiguraram

o papel do Estado na educação pública e ampliaram significativamente os incentivos ao setor privado.

À semelhança do processo chileno, o empresariamento da educação no Brasil manifestou-se principalmente através de: expansão acelerada das redes privadas de ensino superior, adoção massiva da modalidade de Educação a Distância (EaD). Sendo que essas propostas apresentam características marcantes como: eliminação de infraestruturas presenciais (laboratórios, espaços físicos), redução de custos com manutenção e materiais didáticos e minimização de investimentos em insumos educacionais.

Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo central investigar a influência do ideário neoliberal na educação superior latino-americana, analisando os casos do Brasil e Chile. Para alcançar o objetivo proposto, inicialmente foi analisado o contexto histórico que permitiu a ascensão do neoliberalismo no Brasil e no Chile, incluindo sua inserção no campo educacional, o processo de financeirização e mercantilização do ensino superior. Por fim, foram estudadas as reformas educacionais resultantes das políticas neoliberais adotadas em cada um dos países. Para isso, foi realizado um estudo comparado entre esses dois países latino-americanos, a fim de identificar aproximações e divergências em seus respectivos contextos.

Para tal, a metodologia utilizada nesta pesquisa é de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e exploratória. A seleção de determinados autores no referencial teórico-metodológico, que inclui as contribuições de Espinoza (2017), Shiroma, Moraes e Evangelista (2007), Ghidini e Mormul (2022), Cruz e Paula (2015), Corradi e Espinoza (2024), Pronko (2019) e Evangelista *et al.* (2007), é justificada pela possibilidade de integrar diferentes perspectivas teóricas para uma análise crítica das interações entre política educacional, Estado, formação docente e trabalho no atual contexto de transformações. Além disso, essa escolha se relaciona a temas específicos.

É importante destacar que esses autores fornecem bases para examinar as políticas educacionais não como fenômenos isolados ou meramente

normativos, mas sim como componentes de contextos históricos, políticos, econômicos e sociais mais amplos. Assim, a combinação dessas contribuições teóricas permite ir além de uma leitura descritiva dos documentos e políticas analisadas, buscando entender as dinâmicas de poder, os conflitos e os interesses que influenciam sua formação e execução.

Optou-se pela abordagem qualitativa porque ela permite examinar o objeto de estudo em questão — no caso, as mazelas decorrentes da inserção do neoliberalismo na educação superior da América Latina. Por meio da análise dos dados pesquisados e do referencial bibliográfico estudado, busca-se compreender esse fenômeno e as problemáticas a ele associadas, tais como a mercantilização da educação, o empresariamento do ensino e a formação alinhada às demandas do capital.

Dentro da abordagem qualitativa, serão utilizados os métodos de pesquisa bibliográfica e exploratória. O objetivo é analisar, por meio da revisão da literatura teórica, como as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas consolidaram-se nos últimos anos em decorrência dessas políticas, bem como suas consequências para a formação e a manutenção das universidades públicas.

A partir desses estudos, foi possível examinar as transformações ocorridas no Ensino Superior a partir da década de 1970, com a implementação das políticas neoliberais na educação chilena - marcada, principalmente, pela reforma universitária ocorrida em 1981 que permitiu o acesso do mercado no setor educacional superior, através de políticas de privatização e financeirização.

No Brasil, a consolidação dessa orientação neoliberal no ensino superior intensificou-se entre as décadas de 1990 e 2000, materializando-se através de políticas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Esses mecanismos não apenas institucionalizaram o financiamento público do setor privado, como também estabeleceram um modelo de parceria público-privada no âmbito educacional. Sob o discurso de democratização do acesso ao ensino superior, tais políticas

acabaram por fomentar a expansão de grandes grupos educacionais privados, transformando a educação em um mercado altamente lucrativo.

Como consequência, consolidou-se um processo de mercantilização do ensino superior, caracterizado pela formação de oligopólios educacionais que dominam o setor na América Latina.

A formação desses oligopólios educacionais consolida a educação como bem mercantil, visto que "as empresas passam a operar os seus capitais na lógica de uma gestão organizacional corporativa, na qual o principal objetivo é atender os interesses dos acionistas por meio da obtenção de lucro" (Cruz; Paula, 2024, p. 217).

Esse fenômeno, longe de promover a qualidade educacional ou a ampliação do sistema público, resultou na precarização do ensino e na subordinação das políticas educacionais às lógicas de mercado. A atuação desses conglomerados educacionais privados, aliados a outras estratégias tais como: concessões de financiamento à esfera privada, subcontratações de terceiros, bem como, o estabelecimento de parcerias público-privada. Esses processos reduzem as responsabilidades estatais, ao mesmo tempo que os investimentos públicos são reduzidos, enfatizam assim a lógica do mercado (Garcia; Santos; Cuenca, 2026).

Nesse contexto, é crucial examinar os impactos dessas políticas não apenas no ensino superior, mas em toda a cadeia formativa e profissional. A degradação da formação universitária para um modelo minimalista - que prescinde de pesquisa e extensão por considerá-las "gastos supérfluos" - transforma as universidades em fábricas de diplomas, onde se ensina apenas o estritamente necessário para reproduzir a lógica neoliberal vigente.

## O ideário neoliberal e sua implementação nos países latino-americanos

A racionalidade neoliberal foi implementada após a crise do modelo do estado de bem-estar social na década de 1970. Em medida que a crise estrutural

do capital afeta de modo significativo os países centrais, urge a necessidade de acionar meios de conter esse colapso. Nesse cenário, o neoliberalismo surge como uma forma de repensar a economia capitalista e, também, o comportamento da sociedade dentro dos padrões do capital.

A América Latina nesse período acumulava uma grande dívida externa advinda dos programas de ajuda econômica oferecidos durante a Guerra Fria. Durante esse momento, os países latino-americanos utilizaram do financiamento externo advindo do mercado privado de capitais a fim de promover o seu desenvolvimento. Um dos fatores contribuintes para o financiamento se deve à grande oferta de petróleo na região. No entanto, à medida que as crises do petróleo se aprofundam, há um aumento significativo nas taxas de juros, o que torna os países em dificuldades para honrar suas dívidas.

Nesse cenário, países centrais, sobretudo os Estados Unidos, desenvolveram estratégias para promover a estabilização econômica dos países devedores, porém, para além da estabilidade econômica, tais estratégias serviram de apoio para influenciar a política econômica desses países de acordo com os ideais dos países centrais do sistema capitalista (Ghidini; Mormul, 2022, p. 339).

Como aponta Souza (2024, p. 3), o neoliberalismo muda o modo de atuação de acumulação de capital do liberalismo ao implementar a chamada acumulação flexível, a qual utiliza como meio de recuperar as taxas de lucro a transferência de setores gerenciados pelo Estado para o setor privado, por meio de privatizações. Segundo essa lógica, “o Estado, atualmente, tem o papel de garantir somente as liberdades individuais, a propriedade privada e ter controle do aparato militar e da lei para garantir o funcionamento do livre mercado” (ibidem).

Desse modo, o neoliberalismo se apresenta como uma nova forma de se pensar a sociedade dentro dos moldes do capital, sendo considerado, assim, uma racionalidade. Dentro dessa racionalidade, entende-se que a adoção do modelo neoliberal é necessária não só para revitalizar a economia nos

parâmetros capitalistas, mas principalmente, para criar um ideário onde a sociedade atenda às demandas do capital.

O principal marco que sinaliza a adoção do modelo neoliberal nos países da América Latina foi o Consenso de Washington, realizado em 1989. Esse evento apresentou um conjunto de recomendações com o objetivo central de implementar reformas econômicas e estruturais que permitissem à América Latina superar a chamada 'década perdida', um período caracterizado por hiperinflação, recessão e elevado endividamento externo. Segundo Perry Anderson, o Consenso de Washington simbolizou "a denominação de uma articulação para implantar o neoliberalismo de maneira ordenada em diversos países" (Anderson, 1995, p. 7).

Além disso, a conferência ainda utilizou organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), para promover a estabilização das economias nacionais e, também, estabelecer novos parâmetros sociais.

Com base nesses organismos, o pensamento neoliberal na educação manifestou-se nos países capitalistas dependentes que, sob forte influência externa, passaram a adotar políticas educacionais orientadas pelas demandas do mercado. Assim, foi iniciada a reforma educacional no sistema universitário chileno e brasileiro marcado pela intensa financeirização, privatização e mercantilização do ensino superior.

Entende-se que os processos de financeirização e privatização destinam-se à educação como elementos fundamentais no processo de transformação da educação em mercadoria. De acordo com Marx (1996, p. 195) "a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz a necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa". Dessa forma, observamos que o conceito de mercadoria por Marx se alinha à educação quando essa é utilizada para satisfazer os interesses do empresariado.

## Reforma educacional de 1981 e a educação superior chilena sob o ideário neoliberal

Dentre os países latino-americanos, o Chile é reconhecido como o pioneiro na implementação do ideário neoliberal, demonstrando aproximações com essa racionalidade ainda na década de 1970. A especificidade do caso chileno em relação aos demais países da América Latina se deve ao processo de repensar os modelos sociais que ganharam espaço na sociedade chilena ainda na década de 1920, período marcado pela forte presença de lutas sociais. Nas décadas seguintes, foi realizada a construção de uma frente política alinhada às ideias de esquerda, que buscava uma modernização social e política conciliando o desenvolvimento econômico com a ampliação da participação popular (Aggio, 1997).

De acordo com Ghidini e Mormul (2022, p. 343), durante esse período a sociedade chilena buscava a modernização, industrialização, o distanciamento do liberalismo econômico, o protecionismo e o nacionalismo econômico. No entanto, no final da década de 1960 e início da década de 1970, com a crise do projeto modernizador, é aplicado o golpe de estado em 1973, onde é iniciada a ditadura militar de Augusto Pinochet.

Uma das principais características da ditadura chilena foi a abertura política para a implementação do neoliberalismo precocemente quando comparado a outras ditaduras latino-americanas, como a brasileira e a argentina. O Chile, com influência do chamado Chicago Boys, grupo de economistas pautados no ideário neoliberal, adotou um modelo econômico que defendia o livre mercado, a mínima atuação do Estado e a abertura irrestrita ao capital estrangeiro. Segundo Santos (2018, p. 86):

> O modelo econômico chileno que fora adotado por Pinochet distinguia-se das demais economias sul-americanas. Na verdade, pressuponha-se o contrário do que fora implementado pela ditadura militar desenvolvimentista do Brasil: o esvaziamento das funções estatais em detrimento do ingresso de um grande volume de capitais externos.

Esse movimento resultou no processo de privatização de diversos setores, como saúde e educação. Assim, a crescente da privatização somada às fortes repressões do regime autoritário em relação às manifestações sociais, resultou na "Ley Geral de Universidades" de 1981. No caso chileno, a reforma educacional ocorrida em 1981, influenciou o modo que as instituições de ensino superior eram financiadas, visto que até o ano de 1980, o financiamento do sistema universitário nacional possuía como modelo o financiamento de oferta, onde ocorria a ação direta do Estado na educação e, posteriormente, transformou-se no modelo baseado no financiamento da demanda (Díaz, 2005, p. 54).

A implementação da Ley General de Universidades de 1981, consiste em um conjunto de decretos que instituem uma série de reformas do modelo universitário. Dentre outras medidas, destaca-se o artigo n° 15, que permite a entrada de instituições privadas no ensino superior chileno. Assim, nesse primeiro momento, a mudança do ensino superior chileno ocorreu em dois fatores, o primeiro que consiste na expansão de instituições de ensino superior no país e o segundo que se refere ao modo de financiamento dessas instituições.

Nesse contexto, a educação superior do país, de forma semelhante ao caso brasileiro, foi influenciada por fatores internos e externos, principalmente em relação ao financiamento do ensino superior público. A reforma ocorrida nos anos de 1980 resultou, como aponta Espinoza (2017, p. 177), por um lado numa expansão desproporcional e na privatização desse nível educativo e, por outro lado, na atribuição de um financiamento governamental restritivo para as instituições públicas, resultando na maior concentração de matrículas no setor privado.

O ensino superior chileno até o ano de 1980 consistia em oito universidades administradas, em quase sua totalidade, pelo Estado. Após esse período, as instituições de ensino superior, que agora poderiam ser faculdades, institutos técnicos e outros modelos de IES, cresceram no país devido às flexibilidades no modo de atuação e do financiamento das mesmas.

Espinoza (2017, p. 180) ainda ressalta que a atuação do setor privado na educação superior chilena é influenciada por políticas endógenas e exógenas. Entre as políticas endógenas, o autor destaca a influência dos economistas chilenos com base nas ideias dos chamados “Chicago Boys” que nortearam a reforma do ensino superior em 1981, com três metas: reduzir o custo fiscal por aluno; aumentar gradualmente as receitas institucionais por meio de taxas e mensalidades; fortalecer o sistema de auxílio estudantil, principalmente por meio de créditos financeiros.

Os fatores exógenos que influenciam a mudança do ensino superior são determinados, como aponta Espinoza, por “recomendações de políticas e programas de ajustes estruturais e de dupla condicionalidade promovidos pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional” (2017, p. 180). Esses entes, diretamente vinculados à racionalidade neoliberal, reforçam a ideia de mercantilização da educação por meio da privatização da mesma, utilizando mecanismos de financiamento competitivo e implementando as mensalidades a serem pagas pelos estudantes.

A transferência da educação superior pública para o setor privado tinha como objetivo ‘modernizar’ o setor financeiro através da abertura econômica do país para o capital externo, alinhando a educação superior à lógica do livre mercado. No setor educacional, a reforma de 1981, através do Decreto con Fuerza de Ley n. 4, tinha como objetivo mudar a organização, o funcionamento e o financiamento das instituições estatais.

Durante o período do regime ditatorial chileno, a reforma universitária foi baseada no desmembramento das oito grandes universidades do país a fim de promover a criação de novas universidades, centros de formação técnica e institutos profissionais, expandindo assim, a área de atuação do ensino pós-secundário.

Como consequência, o setor privado-mercantil assumiu o ramo educacional de nível superior no país, se apoiando, principalmente, nos centros

de formação técnica e nos institutos profissionais, que representam o maior número de instituições de ensino pós-secundário.

A atuação do 'Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas (CRUCH)', criado em 1954, tinha como principal característica reunir as universidades do país, que até 1981 eram compostas por 8 universidades, sendo 2 estatais e 6 privadas sem fins lucrativos, sendo estas chamadas de universidades tradicionais. Após esse período, as universidades foram divididas entre as que faziam ou não parte do CRUCH, separando as chamadas universidades tradicionais das universidades modernas, e ainda os institutos de formação não universitários, compostos por Institutos Profissionais (IP) e Centros de Formação Técnica (CFT).

As universidades tradicionais, ou seja, as universidades públicas e privadas criadas antes de 1981, possuem o Aporte Fiscal Directo (AFD) como instrumento de financiamento basilar para as universidades tradicionais. Seguindo a Ley de Presupuestos del Sector Público, que é modificada a cada ano, de acordo com o Artigo 2° do Decreto con Fuerza de Ley (DFL) n. 4 de 1981 e os decretos anuais do Mineduc (Ministério da Educação), que definem a forma de repartição em 95% histórico, que se baseia no financiamento que as instituições receberam no ano anterior e 5% com base no desempenho, eficiência e qualidade dessas instituições.

Além disso, parte do fundo estatal é destinado para o financiamento de bolsas e créditos estudantis, como meio de garantir o acesso e permanência de estudantes no ensino superior privado. Um dos principais financiadores é o Crédito con Garantía Estatal (CGE/CAE), que consiste em um apoio econômico financiado por bancos com dois fiadores: uma instituição de ensino superior e o Estado (Mineduc).

A expansão das IES ocasionou a redução do financiamento direto das universidades públicas, sendo transferido para os próprios estudantes o custo de sua formação, transformando-o em um consumidor da educação que assume um perfil mercantil nesse cenário. Assim, a educação superior chilena

assume um perfil neoliberal, onde o ensino deve ser ofertado de acordo com as expectativas mercantis.

Espinoza e Corradi (2024, p. 77) destacam que as universidades públicas e privadas tradicionais foram obrigadas a financiar seu custo de funcionamento por meio de mensalidades, venda de serviços e consultorias. Assim, as universidades dependem menos do financiamento estatal que, atualmente, representa entre 20% e 25% do orçamento anual dessas universidades.

Outro modo de financiamento é através do Aporte Fiscal Indirecto (AFI), o qual utiliza das avaliações do desempenho das instituições de ensino superior, incluindo universidades, centros de formação técnica e institutos profissionais, para determinar se a instituição irá receber esse financiamento extra. A avaliação, de acordo com Art. 3° do DFL n.4, é realizada através da "Prueba de Aptitud Académica", avaliando a parte verbal e matemática.

Tal modo de financiamento, demonstra as influências do ideário neoliberal na educação superior chilena, onde a avaliação da "qualidade" do ensino ofertado é determinante para a manutenção das instituições de ensino superior. Assim, o ensino é constantemente influenciado pelo conteúdo previsto para a realização de exames diagnósticos que visam garantir a qualidade da educação numa tentativa de determinar o que é uma educação adequada, seguindo as ordens do capital. Desse modo:

> O que passou a ocorrer, na prática, foi que a qualidade se tornou uma mercadoria, quando boas escolas se tornaram progressivamente mais caras e as escolas públicas – com financiamento mais baixo que as escolas privadas – passaram a não conseguir ofertar a mesma qualidade de suas "concorrentes". Logo, a qualidade do ensino público foi corroída pela redução do financiamento. (Aguilera, 2015 *apud* Ghidini; Mormul, 2022, p. 346).

Dessa forma, nos últimos anos, a educação superior chilena pautada na privatização com a cobrança de mensalidades, fez com que a educação como mercadoria se tornasse cada vez mais cara, ocasionando no endividamento estudantil por meio de financiamentos para a garantia do acesso ao ensino superior.

## Expansão e mercantilização da educação superior brasileira sob a racionalidade neoliberal

Nos demais países da América Latina, incluindo o Brasil, a adoção da agenda neoliberal foi aplicada mais fortemente na década de 1990, quando os governantes buscavam superar a crise econômica dos anos 1980 e restaurar a política nacional após o período ditatorial.

A racionalidade neoliberal se faz presente no Brasil com a eleição de Fernando Collor de Mello, onde "fez irromper mudanças que redefiniram a inserção do país na economia mundial" (Shiroma; Moraes; Evangelista, 2007, p. 46). Assim, Collor aplica ao Brasil o modelo político-econômico difundido pelos países centrais do capital de modo que o país passa a seguir os moldes da nova ordem do capital global.

No entanto, a consolidação do ideário neoliberal no Brasil acontece durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), onde ocorre a ampliação do processo de privatização e mercantilização dos serviços públicos. Sob essa perspectiva, o fortalecimento de grupos empresariais e a formação de conglomerados passa a influenciar a educação nacional.

Desse modo, a educação sofre mudanças em sua essência crítica e passa a ser orientada por documentos externos produzidos pelo Banco Mundial, o qual entende que a educação ofertada nos "países em desenvolvimento" estava passando por um processo de deterioração nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas (Banco Mundial, 2011, p. 18). Assim, o documento propõe a adoção de redes de ensino superior privadas como solução ao deterioramento do ensino superior público, apontado pelos mesmos.

Nesse contexto, é iniciado o processo de financeirização da educação, onde o setor educacional é cada vez mais aberto ao capital privado e à sua racionalidade. Como aponta Vion (2022), a educação influenciada pelas ideias neoliberais possui como um dos principais marcos o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado brasileiro, aprovado durante o governo de Fernando

Henrique Cardoso, onde a educação deixa de ser parte dos serviços exclusivos do Estado.

As reformas neoliberais ocorridas nesse período, permitiram a expansão da privatização do ensino superior, enquanto o ensino superior público passava por cortes orçamentários. Dessa maneira, a ampliação e a reestruturação do ensino superior foram estimuladas por políticas governamentais que empregaram estratégias como financiamento, regulamentação e incentivos fiscais. Essas ações moldaram o setor público, resultando em privatização interna, onde a formação universitária se orienta para o mercado de trabalho, a pesquisa é voltada à produtividade do setor e a extensão é comercializada (Cruz; Paula, 2024, p. 209).

É importante ressaltar que as mudanças ocorridas no ensino superior brasileiro foram influenciadas diretamente por organismos internacionais, como é o caso do Banco Mundial, que destaca a necessidade de diversificar a oferta de instituições de ensino superior, incluindo instituições universitárias e não universitárias de caráter público e privado. Essa determinação advém de um discurso de expansão da educação, ampliando a oferta de cursos para os estudantes do ensino superior. O documento produzido pelo Banco afirma que:

> A introdução de uma maior diferenciação da educação superior, ou seja, a criação de instituições não universitárias e o aumento de instituições privadas, pode ajudar a satisfazer a demanda cada vez maior de educação superior e fazer que os sistemas de educação se adequem melhor às necessidades do mercado de trabalho (Banco Mundial, 1995, p. 31).

A educação superior privada, nesse contexto, surge com o discurso de democratização do ensino superior no país, expandindo o número de cursos ofertados nas IES. Apesar da expansão do setor privado de fato contribuir com o aumento de matrículas em cursos do ensino superior, o processo de financiamento das instituições públicas também é afetado, sendo esse direcionado para as instituições privadas.

A criação do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), a partir da Lei n. 10.260 de 2001, tem como objetivo custear a mensalidade dos estudantes de instituições de ensino superior privadas. O valor do financiamento, considerado dinheiro público e muitas vezes altamente subsidiado, é repassado diretamente da União para as IES privadas, garantindo o fluxo de caixa dessas empresas. O FIES teve um papel fundamental para o desenvolvimento das IES privadas, contribuindo inclusive, para o crescimento de grupos educacionais que, posteriormente, se consolidaram como oligopólios educacionais.

Ainda sob a ótica neoliberal, durante o primeiro mandato do governo Lula, é criado o Programa Universidade para Todos (ProUni), a partir da Lei n. 11.096, concedendo bolsas de estudos parciais ou integrais para jovens estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública ou com bolsa integral em escola particular. O ProUni, apesar de possibilitar o aumento do ingresso no ensino superior não garante a democratização do mesmo, visto que o ensino privado é beneficiado através de recursos públicos e isenção de impostos.

Outro fator que contribui para a expansão e fortalecimento do setor privado na educação superior brasileira, é a ampliação da educação a distância e os recursos públicos utilizados para seu desenvolvimento. Conforme determina o artigo 80 da LDB, a educação a distância é considerada uma modalidade de educação, podendo assim ser aplicada em diferentes níveis de ensino, incluindo a educação superior. Assim, o setor privado utiliza-se da EaD para expandir seu mercado e consolidar-se no ramo educacional.

A educação superior no Brasil, atualmente, é dividida em três tipos de instituições educacionais, são elas: faculdades, centros de ensino e universidades. Dentre estas IES, apenas as universidades possuem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Entendemos que a Resolução nº 7/2018, que define as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e o princípio da indissociabilidade são conceitos diferentes, apesar de sua conexão direta. A diferença fundamental

está no fato de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um preceito constitucional, conforme estabelecido no art. 207 da Constituição Federal, que fundamenta e caracteriza a identidade da universidade. Enquanto, a Resolução nº 7/2018, estabelece diretrizes e princípios para organização e desenvolvimento da extensão no âmbito da Educação Superior. Assim, "a flexibilização dessas exigências nos outros tipos contou favoravelmente para que as IES privadas oferecessem mensalidades mais baratas, à custa, muitas vezes, da degradação de condições de trabalho e da carreira" (Seki; Souza; Evangelista, 2019, p. 80).

Assim, as faculdades e centros de ensino, sobretudo na modalidade de EaD, apresenta um baixo custo formativo que atrai diversos estudantes que veem nela uma oportunidade de realizar o ensino superior. Entretanto, a educação ofertada é direcionada para satisfazer as demandas do mercado, sem compromisso com a pesquisa e extensão, o que ocasiona a aproximação com as "universidades de ensino" apresentadas pelo BM.

A partir desse cenário mercantil da educação superior, no ano de 2007 ocorre um forte processo de compra e venda de IES privadas, formando os chamados oligopólios educacionais. Esse processo ocorre "por meio dos fundos de investimentos nacionais e estrangeiros, da participação de grupos educacionais que vêm de fora e passam a adquirir fatias de grupos educacionais nacionais e, posteriormente, abrem seu capital e comercializam suas ações na Bolsa de Valores" (Nascimento; Cruz; Moura, 2023, p. 8).

Em meio ao avanço do setor privado, pode-se observar a adoção de algumas políticas que visavam democratizar o acesso à educação superior pública, iniciados ainda nos primeiros anos do governo de Lula, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) a partir do Decreto n. 6.096/2007, que visa criar condições de acesso e permanência nas universidades federais.

Durante o governo Dilma (2011-2014) é dada continuidade às ideias de expansão da educação superior no país, tanto no setor público quanto no

privado. Em 2012 foi sancionada a Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas, que estabelece a reserva de vagas em instituições federais, com no mínimo 50% dessas vagas, para estudantes que cursaram o ensino médio em escola pública; apresentam renda familiar menor ou igual a um salário mínimo per capita, se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas e pessoas com deficiência.

A promulgação dessa Lei amplia o acesso ao ensino superior, fazendo com que as universidades públicas adotem um perfil mais diverso e democrático, garantindo o acesso e permanência desses estudantes. Entretanto, durante o segundo mandato de Dilma, marcado pela crise econômica mundial, resultou num perfil político de ascensão da elite conservadora, que ocasiona o golpe de 2016.

Após o impeachment de Dilma em 2016, seu vice Michel Temer assume a presidência do país e aproxima ainda mais o Estado brasileiro com os ideais neoliberais. Na educação, o perfil conservador é cada vez mais incisivo e os discursos contra a universidade pública e os profissionais formados a partir dela fomentam o desmonte das universidades e ampliação de movimentos como o “escola sem partido”. Essa movimentação reforça a ideia de Estado mínimo e a interferência do setor privado para a garantia da qualidade.

Por fim, o governo Bolsonaro (2018-2022) adotou ainda mais medidas neoliberais, focadas no enfraquecimento da educação pública em diferentes níveis de ensino. Na educação básica, o então presidente regulamentou o ensino domiciliar e criou a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, reforçando o discurso conservador da educação;

Na educação superior, o desmonte orçamentário foi intensificado. De acordo com Cruz e Paula (2024), a partir de dados coletados pela pesquisa da ANDIFES e FONAPRACE (2019), as universidades e institutos federais perderam 30% do seu orçamento, afetando principalmente os estudantes que são contemplados com programas de assistência estudantil.

Assim, nas últimas décadas o ideário neoliberal vem influenciando a educação brasileira tanto indiretamente, com discursos conservadores e

medidas educacionais que suprem as necessidades do capital, quanto de forma direta, influenciando legislações e políticas pautadas nessa racionalidade.

## Educação superior em tempos neoliberais: aproximações e distinções nos casos chileno e brasileiro

Diante do que foi apresentado sobre a educação superior latino-americana sob a racionalidade neoliberal, pode-se observar que as políticas educacionais desses países foram influenciadas por grandes organismos que representam o ideário dos países centrais do capital, como o Banco Mundial (BM) e a OMC. Nesse cenário, os dois países lidam com as consequências da implementação do ideário neoliberal nas décadas de 1980 e 1990 e seus desdobramentos em favor do capital.

O Chile, diferentemente do Brasil teve seu ensino superior totalmente privatizado, onde mesmos em instituições públicas são atribuídas taxa de matrícula e mensalidades para o ingresso e permanência do estudante no ensino superior. Apesar da promulgação da Lei 21.091 de 2018, que permite a gratuidade do ensino superior para estudantes de baixa renda, essa política ainda não garante a universalização e democratização do ensino superior.

O cenário educacional brasileiro, no que tange o ensino superior, vive um processo de privatização do ensino, ou seja, apesar de grande parte das vagas do ensino superior pertencerem às instituições privadas, ainda se tem um ensino público gratuito, financiado pelo Estado.

Além disso, o avanço do setor privado na educação superior brasileira utilizou da educação a distância como meio de ampliação da oferta de cursos de ensino superior por um custo menor, o que elevou o número de matrículas em redes privadas e resultou na formação de oligopólios educacionais.

O modo de desenvolvimento da educação superior privada também ocorreu de modo divergente entre os países. Enquanto o Chile utilizou-se dos créditos estudantis para repassar o financiamento do ensino para o próprio estudante por meio da cobrança de mensalidades, o Brasil utilizou o

financiamento público, através do ProUni e FIES, para financiar as instituições de ensino superior privadas.

Apesar das divergências, ambos países ao adotarem o ideário neoliberal, implementaram políticas educacionais que favorecem o capital, satisfazendo as determinações do Banco Mundial e aproximando cada vez mais a educação ofertada nas IES com as chamadas universidades de ensino, ocasionando a "modelagem do comportamento" (Pronko, 2018). A modelagem comportamental trazida por Pronko (2018) se refere à política que o BM adere de formar cidadãos de acordo com as necessidades do capital, fundamentado em princípios formativos de habilidades e competências necessárias para o mercado.

Nesse sentido, recorremos a Leher (2026), que defende que o papel central da universidade consiste em pensar os dilemas nacionais, mais do que simplesmente preparar os estudantes para o exercício de determinados ofícios. Corroborando com às analises de Leher (2026), nos apoiamos no debate de Fernandes (2021), que cabe à universidade, formular e enfrentar questões complexas que emergem da sociedade capitalista, marcada por desigualdades e pela desinformação. Na perspectiva dos autores, evidencia-se a concepção de universidade comprometida com a produção conhecimento, com dilemas éticos da sociedade contemporânea e a formação crítica, opondo-se, à subordinação ao mercado, que entra em choque com os processos de mercantilização e reconfiguração do ensino superior.

Além disso, a mercantilização da educação se efetiva nestes países por meio da privatização e da financeirização das Instituições de Ensino Superior (IES), a exemplo dos oligopólios educacionais no Brasil e da imposição de mensalidades no Chile, o que transforma o estudante em consumidor. Consequentemente, a oferta educacional é direcionada para satisfazer as expectativas da demanda do mercado.

Dessa forma, a atuação do setor privado na educação superior dos países, apesar de se desenvolverem de forma distinta, possuem o mesmo objetivo de

voltar a educação para as ideias de mercado, utilizando a mercantilização, privatização e financeirização do ensino superior.

## Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo investigar os desdobramentos do ideário neoliberal na educação superior chilena e brasileira, analisando o contexto histórico em que foi adotado e a sua presença nas legislações educacionais. Nesse trabalho o ideário neoliberal é compreendido como uma racionalidade que visa atender os interesses do mercado no que se refere ao lucro mas também na propagação de suas ideias. Assim, o neoliberalismo se apropria de setores que outrora eram administrados pelo Estado, como a educação, para implementar sua racionalidade.

Dos países analisados, o Chile foi o primeiro a adotar a agenda neoliberal na América Latina, através da ditadura de Pinochet, servindo como modelo para os demais posteriormente. A inserção desse ideário no ensino superior se deu de modo divergente do Brasil, mas com princípios semelhantes, pautados na mercantilização da educação através da privatização e financeirização. Assim, o país adotou uma política de financiamento educacional advinda diretamente do estudante, por meio de cobrança de mensalidades.

De modo divergente, o ensino brasileiro adota a agenda neoliberal com Fernando Henrique Cardoso e utiliza do repasse do financiamento do ensino superior para a expansão do setor privado. Além disso, a formação dos oligopólios educacionais monopoliza a educação superior brasileira e a transformam em um setor altamente lucrativo, financeiramente e para a expansão da formação conforme as necessidades do capital.

Dessa forma, a educação superior nesses países cumpre as determinações dos órgãos externos, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, que entendem que a educação, principalmente a ofertada nos países em desenvolvimento, deve ser voltada para o ensino, e formação adequada para o mercado de trabalho.

Ao fim dessa pesquisa, foi possível observar que a racionalidade neoliberal aplicada aos países latino-americanos, como os que aqui foram estudados, influenciou diretamente os setores sociais, descentralizando a atuação estatal e ampliando o setor privado-empresarial. A educação, nesse contexto, passa a ser utilizada como meio de reprodução dessa racionalidade, visto que o ensino ofertado por essas instituições privadas segue o modelo de trabalho previsto para a sociedade capitalista.

## Referências:

AGGIO, Alberto. Frente Popular, Modernização e Revolução Passiva no Chile. **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 17, n. 34, p. 221–244, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/ZVC7NS8ZtWNPMzbmGrXyGDt/?lang=pt. Acesso em: 11 nov. 2025.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

BANCO MUNDIAL. Aprendizagem para todos. **Estratégia de Educação 2020 do Grupo Banco Mundial**. Resumo Executivo, Washington D.C. Banco Mundial, 2011.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Washington, DC: Banco Mundial, 1995.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11683597/artigo-80-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996. Acesso em: 20 de set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 20 de set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos–PROUNI –regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 20 de set. 2025.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 20 de set. 2025.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). **Diário Oficial da União**, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 de set. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ces/2018/rces007_18.pdf. Acesso em: 26 ago.2026.

CHILE. Decreto con Fuerza de Ley n. 4, de 20 de janeiro de 1981. Fija normas sobre financiamiento de las universidades. **Diário Oficial**, Santiago, 20 jan. 1981. Disponível em: https://dfi.mineduc.cl/wp-content/uploads/sites/114/2024/03/DFL-4_20-ENE-1981.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025

CHILE. Ley General de Universidades. **Diário Oficial**, Santiago, 30 dez. 1980. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=3394. Acesso em: 12 nov. 2025.

CHILE. Ley n. 21.091, de 28 de mayo de 2018. **Diário Oficial**, Santiago, 29 maio 2018. Disponível em: https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1118991. Acesso em: 12 nov. 2025.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. O setor privado-mercantil de educação superior no Brasil e a educação a distância. **Revista Germinal**: Marxismo e a Educação em Debate. v.7, n.02, p. 242-251, dez. 2015. Disponível em: https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/13637/10456/49709. Acesso em: 11 nov. 2025.

CRUZ, Andreia Gomes da; PAULA, Maria de Fátima Costa de. 30 anos de políticas neoliberais na educação superior brasileira: é possível garantir direitos? *In*: RUANO-IBARRA, Elizabeth; RESENDE, Viviane (org.). **Políticas de acción afirmativa en la educación superior de América Latina**. Campinas: Pontes, 2024. p. 204-237. Disponível em: https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2024/04/Politicas-de-Accion-Afirmativa-en-la-Educacion-Superior-de-America-Latina.pdf. Acesso em: 11 set. 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DÍAZ, Sebastian Danoso. A reforma neoliberal da educação superior no Chile em 1981. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.57, 53-64, fev. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/PmJzYT9pBSyYskr6RqHpSMD/?lang=pt. Acesso em: 12 nov. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji; SOUZA, Artur Gomes de; TITTON, Mauro; AVILA, Astrid Baecher. **Desventuras dos professores na formação para o capital**. Campinas: Mercado de Letras, 2019.

ESPINOZA, Oscar. Privatización de la educación superior en Chile: consecuencias y lecciones aprendidas. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 44, p. 175-202, set./dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/8070. Acesso em: 12 nov. 2025.

ESPINOZA, Oscar. CORRADI, Bruno. Tendencias de la educación superior en Chile. *In*: HERINGER, Rosana; HONORATO, Gabriela (org.). **Acesso e permanência no ensino superior**: Argentina, Brasil e Chile. Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, FE, LEPES, 2024. p. 71-144.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2021.

FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. **Crítica y Emancipación**, Buenos Aires, v. 1, n. 2, p. 157–183, 2009. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE2/06opo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2025.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; SANTOS, Kildo Adevair dos; CUENCA, Ricardo. Privatização do ensino superior na Ibero-América: conceitos, formas e consequências. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e18664, 2026. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792026000100200&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 ago. 2026.

GHIDINI, Rafael; MORMUL, Najla Mehanna. Neoliberalismo e educação: aproximações entre Brasil e Chile. **Contexto & Educação,** Ijuí, n. 116, p. 338-353. jan./abr. 2022. Disponível em: https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/11611. Acesso em: 13 nov. 2025.

LEHER, Roberto. A universidade e as reformas da educação: um debate necessário. *In*: SEMANA DE PEDAGOGIA – 20 ANOS, 2026, Nova Iguaçu. **Anais** [...]. Nova Iguaçu: UFRRJ, 2026.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo, SP: Editora Nova Cultura, 1996.

NASCIMENTO, Luciane da Silva; CRUZ, Andreia Gomes da; MOURA, Aline de Carvalho. Financeirização da educação superior, oligopólios educacionais e produtivismo acadêmico: contexto mercantil da educação. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n.45, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/379489970_FINANCEIRIZACAO_DA_EDUCACAO_SUPERIOR_OLIGOPOLIOS_EDUCACIONAIS_E_PRODUTIVISMO_ACADEMICO_CONTEXTO_MERCANTIL_DA_EDUCACAO. Acesso em: 13 nov. 2025.

PAIVA, Aline Cristina. Mundialização financeira e educação: os impactos das políticas neoliberais no ensino superior, o caso do Brasil e do Chile. **Intinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2015. Disponível em: https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/34092. Acesso em: 03 ago. 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. *In*: PERONI, Vera Maria Vidal; BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar (org.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal**: entre o público e o privado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PRONKO, Marcela Alejandra. Modelar o comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Nova Iguaçu, v. 4, n.06, p. 167-180, 2019. Disponível em: https://costalima.ufrrj.br/index.php/RTPS/issue/view/95 Acesso em: 08 jul. 2024.

SANTOS, Rafael Macedo da Rocha. O neoliberalismo chileno (1973-1990) e seus desafios à integração sul-americana dos anos 1980. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 09, n. 01, p. 82-91, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/tempo/article/view/10472. Acesso em: 12 fev. 2026.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUZA, Thiago Dehon de. Análise sobre a mercantilização do ensino superior nos últimos 30 anos. **Revista Científica Acertte**, São Paulo, v. 4, n.7, p. 1-11, 2024. Disponível em: https://acertte.org/acertte/article/view/191 Acesso em: 27 out. 2025.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

VION, Henrique Caetano. A educação como mercadoria digital: antecedentes e a situação geográfica da educação superior a distância no Brasil. **Espaço e economia**, Rio de Janeiro, n. 24, 2022. Disponível em: https://journals.openedition.org/espacoeconomia/22494#quotation Acesso em: 27 nov. 2025.

## Como citar

CRUZ, Andreia Gomes da; TEIXEIRA, Julia Verlí. Neoliberalismo, mercantilização e Ensino Superior na América Latina: um estudo comparado entre Brasil e Chile. **Educação em Análise**, Londrina, v. 11, p. 1-30, 2026. DOI: https://doi.org/10.5433/1984-7939.2026.v11.55733.

Submetido em: 31 de julho de 2026

Aceito em: 09 de setembro de 2026

Publicado em: 27 de outubro de 2026

**CRediT**

| | |
|---|---|
| Reconhecimentos | Não se aplica |
| Financiamento | Não se aplica |
| Conflito de interesses | As autoras certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesses em relação ao artigo. |
| Aprovação ética | Não se aplica. |
| Contribuição dos autores | CRUZ, A. G. declara ter realizado supervisão, conceitualização, análise formal e redação - revisão e edição.<br><br>TEIXEIRA, V. J. declara ter realizado redação - preparação do rascunho original e visualização |

## Equipe Editorial



| | |
|---|---|
| Editora de seção: | Gabriele Machado |
| Membro da equipe de produção: | Junior Peres de Araujo |
| Assistente de editoração: | João Rafael Pimentel Colavin |
| Layout e Diagramação: | Carolina Motter Pizoni - Escritório de Apoio ao Editor Científico |